

A Freguesia de Santa Cruz do Castelo nas Décimas de 1776

*Delminda Rijo
Francisco Moreira*

*Gabinete de Estudos Olisiponenses da
Câmara Municipal de Lisboa*

Esta comunicação tem por móbil a premissa – qual seria a realidade social e económica da freguesia de Santa Cruz do Castelo, em Lisboa, no ano de 1776? Procurando responder-lhe recorreremos a duas fontes incontornáveis para todos os que estudam a história local, o corpo documental da *Décima da cidade de Lisboa e seu Termo*, coadjuvado pela informação contida na base de dados da freguesia, feita a partir dos livros de assento de batismo, casamento e óbito, reconstituída segundo o método teorizado e desenvolvido por Maria Norberta Amorim.¹

1. Fontes e Opções Metodológicas

1.1. Imposto da Décima

O imposto da Décima decretado pelas Cortes em 1641², é uma fonte fiscal que incidia sobre os rendimentos colectáveis de trabalho e da propriedade fundiária. De carácter serial e nominativo era registado em livros, por freguesias, detalhando por rua, prédio a prédio, os foros, os proprietários, os locatários, as rendas e o imposto profissional a que cada indivíduo estava vinculado³ e de cuja análise resulta uma visão global da distribuição da propriedade e do seu valor matricial, bem como uma representação do que seria a estrutura sócio-profissional desta população no terceiro quartel do séc. XVIII.

1.2. Os registos paroquiais

A obrigatoriedade de se proceder ao assento de batizados e óbitos, averbados em livro depositado na igreja, foi emanada das *Constituições Diocesanas*, aprovadas no

¹ AMORIM, Maria Norberta – *Uma Metodologia de reconstituição de paróquias*, Braga, Universidade do Minho, 1991.

² Surge após a Restauração, a fim de prover Portugal de um exército permanente que fizesse face à ameaça externa e vigoraria somente para o período da chamada guerra da Aclamação. No entanto, após vários ciclos, é restabelecido por Alvará de 26 de Setembro de 1762 com a taxa de 10% e sob a administração da Junta dos três Estados, subsistindo com ligeiras alterações até às reformas fiscais de 1833.

³ MOREIRA, Alzira Teixeira Leite – *A Importância da Décima da Cidade de Lisboa e seu Termo para a Olisipografia*, in Revista da Biblioteca Nacional, nº 1, Lisboa, 1982.

Sínodo de 1536, reguladas pelo arcebispo de Lisboa, o cardeal Infante D. Afonso filho de D. Manuel I, acrescentando-lhe em 1563, por disposição do Concílio de Trento,⁴ a extensão aos actos matrimoniais.

Os registos paroquiais mais antigos da cidade de Lisboa são os da freguesia de Santa Cruz do Castelo, datando o primeiro assento de casamento de 26 de Setembro de 1536 e o primeiro registo de óbito de 1 de Outubro do mesmo ano. O primeiro registo de baptismo data de 8 de Novembro de 1545.⁵

A reconstituição da Paróquia de Santa Cruz do Castelo, teve como balizas cronológicas o ano de 1536 e 1780 e era seu pároco em 1776, o Prior António Maurício do Couto⁶.

1.3. Metodologia

A base metodológica deste trabalho assenta na exploração sistemática da *Décima da Cidade de Lisboa* do ano de 1776 para a freguesia do Castelo, recorrendo pontualmente para confirmação de elementos à *Décima* de 1762, tendo sido inventariadas todas as propriedades, proprietários, foros, locatários, ocupações profissionais e seus rendimentos, permitindo-nos uma configuração estrutural desta sociedade que de seguida se preencheu, na medida do possível, com elementos obtidos a partir do cruzamento nominativo da base de dados demográfica do Castelo⁷. Neste ponto, a principal dificuldade com que nos deparamos foi a frequência de homónimos, que sem a possibilidade de recurso a outros elementos identificadores, nos não permitiu englobá-los neste estudo, não obstante a eventualidade da sua efectiva existência na base.

Da agregação da informação, e tendo em conta que os elementos obtidos da paróquia reconstituída correspondem somente a 45,4% dos indivíduos que figuram na *Décima* reproduzimos em grelha o seu percurso vital: data de nascimento, filiação,

⁴ Cf. PRESTAGE, Edgar; D'AZEVEDO, Pedro, 1913, p. XIV.

⁵ *Santa Cruz do Castelo, Livro I de Baptismos*, fl 1.

⁶ Existiram para este período outros párocos coadjutores, a saber (por ordem alfabética): Alexandre Ferreira Freire; António Inácio Machado, António de Sousa Correia; Diogo de Sousa Couto; Francisco Gil Leite (cura encomendado); João Monteiro, Luís António Cardoso; Luís Miguel Coelho Albernaz, Manuel Tomás Machado (beneficiado); Sebastião Henriques e Timóteo Duarte da Cunha.

⁷ A base de dados demográfica da freguesia do Castelo, bem como a de Santiago, Mercês e Santa Catarina, de Lisboa, integram o projecto Reconstituição de Paróquias e História da população de Lisboa (Século XVI até ao Terramoto de 1755) sob protocolo de cooperação com a Universidade do Minho, através do NEPS - Núcleo de Estudos de População e Sociedade, visando a elaboração de uma base de dados demográficos e sociais do concelho de Lisboa e foi desenvolvido no Gabinete de Estudos Olisiponenses por uma equipa de trabalho da qual fazemos parte, sob orientação e directa colaboração da Professora Doutora Maria Norberta Amorim. As primeiras paróquias já estão concluídas e em breve estarão disponíveis na Internet.

naturalidade, o meio como a sua entrada se processou na paróquia, o estabelecimento de relações familiares, com inclusão de toda a progenitura e, finalmente, a data de óbito,⁸ de modo a alcançarmos uma configuração das vivências e comportamentos desta sociedade.

2. Contextualização Histórica

A actual freguesia do Castelo, em Lisboa, mantém-se em traços gerais igual desde a sua fundação. Constituída por dois núcleos, um urbano e outro fortificado, distintos e separados entre si, que, através de uma estreita relação cimentada ao longo dos séculos, formam um todo unificado. No entanto, nunca o núcleo urbano da freguesia se conseguiu destacar na dinâmica da cidade de forma autónoma ao Castelo – num plano geral, quando falamos da importância desta freguesia na história de Lisboa e do papel por si desempenhado, falamos inevitavelmente no seu núcleo fortificado.

Num âmbito mais alargado podemos também afirmar que esta é uma freguesia marcada pelo espaço físico que ocupa. Quer seja na localização geográfica no tecido da cidade, quer seja na dimensão desse espaço, que devido às muralhas nunca sofreu alterações; mais do que isso, as muralhas do castelo e a sua localização no topo da colina sempre separaram a freguesia do resto da cidade, moldando os modos de vida da sua população.

Foi esse mesmo espaço que sempre determinou o papel da freguesia na história da cidade e a forma como este foi ao longo dos tempos perdendo importância. De facto, desde a conquista da cidade aos mouros, em 1147 até 1776, ano que tomamos como referência para este trabalho, a freguesia do Castelo passou de núcleo central na estrutura da cidade a um estatuto que poderíamos designar, ainda que possa parecer paradoxal, como periférico.

De modo a que se possa conhecer melhor o estado em que se encontrava a freguesia em 1776 importa então saber quais os passos mais marcantes na história da freguesia e quais as razões que levaram ao retrocesso que atrás se falava.

A zona hoje ocupada pela freguesia é muitas vezes apontada como sendo aquela onde se estabeleceu o povoado que veio dar origem à cidade. A primeira referência que podemos traçar em relação ao núcleo constituído por castelo e zona habitacional

⁸ AMORIM, Maria Norberta- *Sto Amaro, As famílias de Sto Amaro nos finais do séc. XIX*, vol. I.

remonta ao ano de 138 a.C. quando Décimo Junius Brutus, ainda antes da criação da colónia romana de Felicitas Júlia, mandou fortificar a cidade. A primeira referência documental ao Castelo propriamente dito data de inícios do século XII e foi feita pelo geógrafo árabe Edrici que descreve a cidade de Lisboa como possuidora de um castelo e muralhas.

A fundação da freguesia data de 1147, ano da conquista de Lisboa por D. Afonso Henriques sendo então denominada como Santa Cruz da Alcáçova. Nos primeiros anos após a conquista a freguesia foi um espaço vital na Cidade uma vez que era o Castelo o ponto mais importante na sua defesa. Tal fez com que o antigo palácio do governador localizado no castelejo fosse escolhido pelos diferentes monarcas para residência aquando das suas estadias em Lisboa. Em 1206, resultando do empenho e vigilância na defesa da cidade por parte da população da freguesia, o rei D. Sancho I concede aos seus habitantes diversos privilégios entre os quais o de não serem obrigados a fazer parte da sua hoste. Consta-se aqui a importância do Castelo para Lisboa e a estreita ligação entre este e a população como marca distintiva da freguesia.

Em 1256 a cidade de Lisboa é elevada a capital do reino e a partir dessa data o Paço da Alcáçova seria definitivamente a residência oficial dos monarcas portugueses. Foi no entanto com D. Dinis que o Paço conheceu significativos desenvolvimentos assim como toda a estrutura do Castelo, através de iniciativas como as instalações do tesouro e do arquivo do reino respectivamente na Torre do Haver e na Torre do Tombo. Também em termos sociais se criaram novas dinâmicas através da compra e doação de casas na freguesia por parte do Rei.

Assim, após o período da reconquista ter terminado e com a consequente estabilidade, a freguesia assumia, ainda que sempre em função do Castelo, uma importância maior dentro da cidade; era o local de habitação do rei, sede do tesouro e do arquivo do reino. E até ao reinado de D. Fernando manter-se-ia uma curva ascendente.

Com a crise de 1383-85 mais uma vez o papel do castelo numa perspectiva de tomada e controlo da cidade veio ao de cima. Para o futuro da freguesia, um dos episódios mais marcantes após a tomada do castelo por parte das tropas de D. João I, foi o entulhamento do fosso e a retirada das portas que davam para a cidade. Essas alterações que visavam aproximar freguesia e cidade foram, paradoxalmente, a origem indirecta do afastamento que se verificou entre as duas, uma vez que, ao prescindir de dois elementos defensivos tão úteis, se dava o primeiro passo de um processo natural e progressivo que viria a tornar militarmente obsoleto o Castelo. Ora sem utilidade militar

não tardaria a que a sua carga simbólica se esvaziasse de sentido, o que efectivamente se passou, culminando com o abandono do Paço da Alcáçova como residência real, que muito embora fosse ditado por circunstâncias históricas, o domínio Filipino, mais cedo ou mais tarde a lógica ditaria que acontecesse. Por isso dizemos que foi talvez aqui que se iniciou o declínio do Castelo e conseqüentemente da própria freguesia.

Após os turbulentos acontecimentos de 1383-1385, a freguesia regressa à normalidade depois de estar, assim como toda a cidade, no epicentro da crise. Regresso que implicava a manutenção do seu estatuto, tanto no plano social como no institucional, mantendo-se na freguesia o Paço Real.

Ao longo do início da dinastia de Aviz verificou-se na freguesia uma continuidade relativamente ao passado embora já não com a crescente prosperidade de antes. No entanto com o passar de alguns anos começam-se a notar os primeiros sinais de declínio. Uma das causas principais para esse declínio encontramos-na na expansão ultramarina. Com efeito os Descobrimentos obrigaram a um deslocamento na vida da cidade; Lisboa virou-se para o rio. Essa deslocação foi inicialmente de índole comercial e social, mas veio ao longo dos tempos a reflectir-se em todos os aspectos da vida da capital e em todas as instituições. O prejuízo para a freguesia do Castelo era evidente.

Até que no reinado de D. Manuel se dá a construção do Paço da Ribeira que foi fatal para a posterior “decadência” da freguesia. Se até aí a utilização do Paço da Alcáçova não registava alterações, a construção do novo palácio, que desde cedo se transformou na principal residência para a família real, veio alterar tudo, mesmo que o antigo paço continuasse a ser utilizado. O facto de albergar os reis de Portugal era a única mais-valia que ainda restava à freguesia, e que a destacava; quando até esse “atractivo” se perdeu ficaram criadas as condições para que aquela parte da cidade fosse votada a um estatuto de periferia e a um esquecimento cada vez maior.

Para além disso, em 1531 um terramoto destruiu as torres norte e nordeste do castelo. Ora tendo o castelo perdido grande parte da sua utilidade militar, a necessidade de o recuperar não era premente, isto deu início a um processo de abandono que a longo prazo veio a significar o desaparecimento do próprio castelo, substituído ao longo dos anos por um aglomerado de edifícios até que da antiga fortificação apenas alguns trechos da muralha resistissem.

Apesar de não ter sido de forma abrupta que a freguesia passou da prosperidade à decadência a verdade é que o processo não foi muito moroso; em 1549 já Damião de Góis, à data serventário da Torre do Tombo, escrevia ao rei D. João III dando conta do

estado de degradação da Capela de S. Miguel no Paço da Alcáçova, a juntar a isto a contínua quebra demográfica, acentuada pela peste de 1569. E se o facto de D. Sebastião ter escolhido habitar no antigo Paço parecer amenizar a queda; com a chegada do domínio Filipino e conseqüente abandono do Paço como residência real terminava o período áureo da Freguesia de Santa Cruz do Castelo.

Durante a ocupação espanhola, e apesar de se ter registado um crescimento demográfico, assistiu-se a uma confirmação do estatuto periférico da freguesia e foi nessa condição que se chegou a 1640. Mas a restauração da independência não significou restauração do anterior estatuto da freguesia; despojada de qualquer peso institucional, social e simbólico havia-se tornado numa freguesia marcada pela ocupação militar (pois aí se haviam instalado guarnições militares) e pelo carácter bairrista e fechado em si mesmo da sua zona habitacional.

Até ao ano marcante de 1755, pouco há a assinalar na freguesia para além da criação da Cadeia do Castelo e do Hospital dos Soldados, e sucessivas obras na igreja de Santa Cruz. Com o fatídico terramoto de 1 de Novembro na freguesia do Castelo, podemos dizer, tudo mudou mas tudo ficou na mesma. Se por um lado foi grande a destruição provocada pelo cataclismo (principalmente no castelo) por outro a reconstrução do núcleo habitacional foi fiel à antiga planta. Até 1776, quando abriu as portas a nova igreja de Santa Cruz, pouco se alterou no dia-a-dia da freguesia e no seu papel na vida da cidade; ela era, nas acertadas palavras de Júlio de Castilho, “como uma aldeia sobre si, a uns cem metros acima do nível do Tejo, e com usos e costumes seus, que a distanciam imenso da Lisboa Pombalina que se lhe alastra aos pés”.⁹

3. Perfil Demográfico da Freguesia :1730-1780

Partindo de elementos anteriormente compilados no âmbito deste grupo de trabalho¹⁰, para 50 anos entre 1730-1780, pretendemos traçar o perfil demográfico da freguesia usando como fonte os registos paroquiais, para baptizados, óbitos e casamentos.

⁹ ARAÚJO, Norberto, [1938], *Peregrinações em Lisboa*, III, Lisboa, Parceria António Pereira, pp.

¹⁰ Comunicação apresentada no Congresso Internacional sobre o Terramoto de 1755 por Eunice Relvas, então coordenadora científica do projecto “Reconstituição de Paróquias e História da população de Lisboa (Século XVI até ao Terramoto de 1755)”, com o tema a Paróquia de Santa Cruz do Castelo e a Catástrofe de 1755, 2005.

Nos 50 anos estudados registaram-se na freguesia um total de 1870 baptizados, sendo que em termos de evolução podemos denotar um crescimento constante até 1755 ao que se seguiu uma quebra durante a década de 60 – na seguinte década assiste-se a um retomar da tendência de crescimento. Verifica-se uma ligeira superioridade do sexo feminino com mais 14 baptismos na totalidade do período, 942 meninas e 928 meninos, ainda que na primeira metade do mesmo se tenham baptizado mais meninos, 474, que meninas, 469.

No que respeita à nupcialidade foram 573 os enlaces. Nota-se uma clara tendência decrescente no número de casamentos por ano principalmente na segunda metade (1756-1780), por exemplo na década de 60 existem dois anos com apenas 4 casamentos registados (60 e 66) aliás ao longo de toda esta década o número de casamentos é reduzido, o que pode explicar o acima referido decréscimo nos baptizados nessa década. Quanto à origem dos cônjuges 79% dos nubentes não são naturais do Castelo, o que revela uma comunidade com ligeira endogamia geográfica e permeável a indivíduos do exterior, este facto pode estar talvez associado ao elevado número de militares presentes na freguesia.

No que respeita à mortalidade, optámos por separar, dada a sua especificidade, os óbitos de menores de 7 anos dos restantes, que se elevam a 1593 óbitos registados, o que equivale a uma média de cerca de 31 óbitos por ano. Também neste tipo de mortalidade as oscilações são grandes ainda que paralelamente a estas possamos encontrar uma certa regularidade, uma vez que a existência de picos está associada a fenómenos de mortalidade dos quais o terramoto de 1755 surge como paradigmático.

Analisando o ano de 1776 verificamos que ele apresenta valores muito próximos da média no caso dos baptizados e dos casamentos, tal não sucedendo no caso dos óbitos. Existem registos de 29 óbitos sendo que desses, 19 são de menores de 7 anos, cruzando este número com o de baptismos chega-se a uma taxa de mortalidade infantil na ordem dos 51%, distante dos cerca de 28% da média global; para os restantes óbitos temos 10 ocorrências número que também fica distante da média global de cerca 31 óbitos por ano.

Observando os registos de baptismo constatamos que é relativamente homogénea a sua distribuição ao longo do ano; no que respeita à distribuição por sexos o ano de 1776 apresenta uma predominância das meninas sobre os meninos, se bem que mais vincada do que a média (cerca de dois terços dos baptizados). Para a nupcialidade em termos de naturalidade dos nubentes este ano confirma a tendência de pouca

endogamia geográfica uma vez que apenas 6 dos 18 nubentes são naturais da freguesia e apenas um dos casamentos é entre naturais da freguesia.

No cômputo geral podemos afirmar que este ano se enquadra no comportamento demográfico típico da freguesia para os cinquenta anos analisados. Mesmo tendo em conta que no plano dos óbitos os valores são distantes da média global, o facto de a irregularidade ser uma característica da mortalidade da época permite de certo modo falar num padrão de irregularidade.

4. A Freguesia em 1776



Planta Filipe Folque, 1856-1858, pormenor da freguesia do Castelo

Composta por 11 artérias (entre ruas, travessas e becos) dispostas irregularmente pelo recinto muralhado, o eixo estruturante da freguesia era a Rua de Santa Cruz do Castelo, a artéria mais antiga e mais importante da freguesia e, sem dúvida, uma das primeiras vias de comunicação de Lisboa. Ocupavam o espaço 132¹¹ edifícios de morfologias distintas, variando entre barracas e edifícios de pisos térreos, com loja ou friso de lojas, sobrepostas ou não por andar superior, na maioria dos casos edifícios simples com função residencial e profusamente habitados, registando-se uma densidade populacional que rondava os 85%¹².

¹¹ Foram excluídos desta contagem os edifícios totalmente arruinados ou outros, como a cadeia do castelo e que não tinham qualquer tipo de ocupação.

¹² Albergava 300 agregados em 356 fogos, estando 51 na condição de devolutos.

Quadro I– Densidade Populacional

Rua	Nº edifícios	Nº fogos	Nº Agregados	% Ocupação
Rua de Santa Cruz do Castelo	55	133	117	88%
Rua da Crasta	28	46	38	82,6%
Castelejo	1	1	1	100%
Pátio da Torre do Tombo	1	6	5	83,3%
Rua das Flores	12	42	32	76%
Rua do Espírito Santo	10	36	32	89%
Rua do Recolhimento	12	52	42	80,8%
Beco do Leão	3	10	7	70%
Beco do Forno	5	16	12	75%
Travessa do Hospital	1	11	11	100%
Largo de Santa Bárbara	4	3	3	100%
TOTAL	132	356	300	84,26%

Fonte: *Décima de Lisboa, Bairro do Castelo, 1776*

Passados 21 anos do grande sismo de 1755, os seus efeitos eram ainda visíveis quer pela menção a propriedades arruinadas, frequentemente ocupadas mediante o pagamento de rendas baixas, quer pela proliferação de barracas, com cuja construção se pretendeu obviar o problema de habitação e que neste contexto tinha grande expressão na malha urbana.¹³ Resultado da sua condição periférica, o Castelo ficou apartado dos planos urbanísticos pombalinos e encontrou na iniciativa local o agente interventor da reconstrução, mais empenhado na celeridade do que na racionalização do espaço, o que resultou na manutenção da malha urbana pré existente.

Quadro II – Moradores

Rua	Agregados Décima	Agregados Registos Paroquiais	% Cobertura
Rua de Santa Cruz do Castelo	122	59	48,3%
Rua da Crasta	38	18	47,3%
Castelejo	1	1	100%
Pátio da Torre do Tombo	5	5	100%
Rua das Flores	32	10	31,2%
Rua do Espírito Santo	31	12	38,7%
Rua do Recolhimento	42	18	42,8%
Beco do Leão	6	3	50%
Beco do Forno	8	6	75%
Travessa do Hospital	11	4	36,3%
Largo de Santa Bárbara	3	0	0%
TOTAL	299	136	45,4%

Fonte: *Décima de Lisboa, Bairro do Castelo, 1776*

¹³ embora tenha sido um recurso pouco apreciado e desde logo contrariado por meio de legislação, mas que neste espaço não encontrou entraves de maior. O diploma de 30 de Dezembro de 1755 legislou no sentido de se proceder a um levantamento, levado a cabo pelo sargento-mor José Monteiro de Carvalho, de modo a ser feito a medição e o tombo da cidade, bairro a bairro.

Factores esses que terão contribuído para se tornar num pólo de atracção de um tipo de população de poucos recursos, com uma permanência reduzida, verificável na confrontação do número de indivíduos que encabeçavam os fogos arrolados pela Junta dos 3 Estados em 1776, com correspondência na base de dados da freguesia, o que se traduz em 45,4% da população recenseada. Encontra-se na fuga ao fisco outro indicador dessa flutuação residencial, com c. de 31,4%¹⁴ da população activa, figurando como infractores na décima de maneio como “ausente e sem bens”, sendo mencionado como único caso com paradeiro conhecido Sebastião Lopes, oficial de canteiro,¹⁵ que sendo devedor de \$400 de maneio não pode pagar por se encontrar ausente no Pará, Brasil e sem bens para penhorar. O grupo profissional que menos cumpria as obrigações fiscais era o dos trabalhadores, logo seguido dos aguadeiros, que à excepção de Manuel Mendes, natural da Redinha, Leiria, cuja continuidade na freguesia se verifica pelo menos até 1778 aquando do nascimento de um filho, era um grupo muito volúvel no quadro populacional, coabitando nesta data 10 aguadeiros em 2 lojas¹⁶ da principal rua da freguesia.

5. O Edificado

A posse da propriedade na *Décima* para o Castelo apresentava-se sob duas formas: exploração directa pelo proprietário, referindo além da localização, o nome do proprietário, o tipo de propriedade e o seu rendimento, ou sob a forma de aforamento que, para além do nome do foreiro e do seu montante fornecia também o nome do senhorio directo, o que neste enquadramento é a ocorrência mais comum.

Os prédios sujeitos a foro constituíam mais de metade do edificado (61,9%), sendo o Senado Municipal e o Conde de Santiago os maiores possuidores de bens de raiz na freguesia e que maiores proventos adquiriam por essa via, embora as instituições religiosas também tivessem alguma representatividade, mas com resultados pouco significativos.¹⁷

¹⁴ Dos 162 indivíduos que integravam a população activa e que não estava isentada de imposto de maneio, 51 não pagaram o imposto profissional por se encontrarem ausentes e sem bens que pudessem ser penhorados.

¹⁵ Morador que fora no nº 7 da Rua das Flores (lado esquerdo).

¹⁶ Moravam em 2 grupos: 1 grupo de 8 e outro grupo de 3 aguadeiros no nº 14 do lado direito da Rua de Santa Cruz do Castelo.

¹⁷ A título de exemplo, a Igreja de Santa Cruz recolhia 9\$174 e a freguesia 3\$480.

Da observação do quadro III verificamos a presença da aristocracia, embora esta se cinja ao nível da posse de propriedade, por meio de aforamento, não se registando a sua presença enquanto moradores, o que confirma que a nobreza há muito se deslocara para outras zonas da cidade, facto que muito contribuiu para a caracterização popular do Castelo.

Quadro III – Foros

Entidade Foreira	Nº de Edifícios	Valor recolhido
Senado Municipal	26	73\$400
Conde de Santiago	22	26\$880
Igreja de Santa Cruz do Castelo	10	9\$174
Convento da Graça	3	2\$800
Convento de Sto Eloi	3	1\$400
Convento de Santos	1	2\$400
Capela de D. Isabel de Sousa	1	2\$000
Basílica de Sta Maria	1	\$973
Freguesia de Santa Cruz do Castelo	1	3\$480
José Rodrigues de Matos Goês	1	6\$400
D. Damião Botelho da Silva Menezes e Mascarenhas	1	6\$400
Visconde de Vila Nova	1	\$720
José Rodrigues de Mattez	1	14\$000
Jerónimo Dias	1	4\$000
Capelas do rei D. Afonso IV	1	\$240
Convento de Odivelas	1	2\$000
Freguesia de S. Tiago	1	2\$900
Convento de S Domingos de Almada	1	\$800
Irmadade do Santíssimo de Sta Cruz	1	3\$600
Irmadade dos Clérigos Pobres do Hospital que está na igreja de S. Luís Rei de França	1	8\$000
Rodrigo Ximenes Pereira Coutinho Barriga e Veiga	1	24\$000
TOTAL	83	

Fonte: *Décima de Lisboa, Bairro do Castelo, 1776*

As ruas da freguesia que mais se destacavam em termos de edificado eram a Rua de Santa Cruz do Castelo e a Rua da Crasta, concentrando ambas cerca de 63% do parque habitacional, do qual mais de metade eram estruturas abarracadas, algumas com lojas e piso superior.

Quadro IV – Tipologias

Tipologias	Quantidade	%
Barracas	45	32,85%
Barracas complexas	4	2,92%
Edifício de Lojas	10	7,3%
Edifício de Lojas e 1º andar	29	21,17%
Edifício de Lojas e 2º andar	31	22,63%
Edifício de Lojas e 3º andar	2	1,46%
Edifício de Lojas e 4º andar	1	0,73%
Propriedades Diversas	16	10,95%
TOTAL	138	100%

Fonte: *Décima de Lisboa, Bairro do Castelo, 1776*

O recurso a este tipo de estruturas para habitação era considerável, marcando presença em todas as vias do Castelo, embora com maior incidência na Rua de Santa

Cruz do Castelo local de onde, a título de exemplo, o Conde de Santiago arrecadava 26\$850 de foro de um terreno onde se estabeleceram 22 barracas, acolhendo sobretudo homens sem ofício (30%), mulheres viúvas (15%), soldados e carpinteiros, na maioria dos casos (87,5%) na condição de proprietários, cenário que se estende praticamente a toda a freguesia.

Também na Rua de Santa Cruz do Castelo se registava a maior densidade populacional, com uma taxa de ocupação que rondava os 88%¹⁸ dos quais 50,4% têm correspondência na base de dados, constituindo grupos familiares que, incluindo a progenitura somariam c. de 144 indivíduos.

Entenda-se fogo como a unidade de contagem do imposto, não correspondendo este necessariamente a uma família podendo incluir mais que uma ou outro tipo de ocupação,¹⁹ embora a partir dos dados que possuímos não possamos identificar indubitavelmente o tipo de ocupação dos fogos, não obstante estarem referenciadas na *Décima* de 1776 algumas lojas,²⁰ que julgamos não abarcarem a totalidade do comércio e industria locais.

Quadro V – Relação de Moradores: Proprietários e Locatários²¹

Rua	Proprietários	Proprietários Co-habitantes	Locatários
Rua de Santa Cruz do Castelo	53 – 41,7%	26 – 50%	27 – 15,6%
Rua da Crasta	25 – 19,6%	11 – 21%	14 – 8%
Castelejo	1 – 0,78%	1 – 1,9%	-
Pátio da Torre do Tombo	1 – 0,78%	-	5 – 2,8%
Rua das Flores	12 – 9,4%	6 – 11,5%	26 – 15%
Rua do Espírito Santo	10 – 7,8%	1 – 1,9%	30 – 17,3%
Rua do Recolhimento	12 – 9,4%	3 – 5,7%	39 – 22,5%
Beco do Leão	3 – 2,3%	1 – 1,9%	5 – 2,8%
Beco do Forno	5 – 3,9%	2 – 3,8%	13 – 7,5%
Travessa do Hospital	1 – 0,78%	-	11 – 6,3%
Largo de Santa Bárbara	4 – 3,1%	1 – 1,9%	3 – 1,7%
TOTAL	127	52	173

Fonte: *Décima de Lisboa, Bairro do Castelo, 1776*

Da análise da relação com a propriedade verificamos que o Castelo é uma freguesia de locatários e somente 17,3% dos agregados dispõem de habitação própria, ocupando-a total ou parcialmente. Destes, 11,5% vivem das suas fazendas e 17,3% não tinham ofício conhecido.

A posse da propriedade e a titularidade de arrendamento por parte das mulheres, surgem normalmente associadas à condição de viúva,²² aparecendo em toda a *Décima*

¹⁸ 133 fogos onde residiam 117 agregados.

¹⁹ ABREU, Alberto Antunes, *Movimentos e Estrutura da População da Areosa em Meados do Século XVI*, in actas das I Jornadas de História Moderna, 1986.

²⁰ 1 loja de loiça, 2 tavernas, 1 loja não especificada, 1 vendedor de tinta e alfazema, 1 vendedor de caliça e um vendedor de mesas

²¹ Inclui as propriedades devolutas

de 1776: 28 mulheres titulares, 10 proprietárias²³, das quais 7 eram viúvas; as restantes 18 eram titulares de arrendamento,²⁴ das quais 12 eram também viúvas. Tomemos um exemplo significativo de uma família que se destacou pela posse de propriedade na freguesia do Castelo: Josefa Luísa, nascida na freguesia de S. Nicolau, em Lisboa e casada no Castelo em 1732 com João Rodrigues das Neves, nascido na freguesia de Sta Justa, também em Lisboa do qual enviuvou em 1767. Tiveram 6 filhos, sobrevivendo 4. Era filha e mãe de outros proprietários da Rua, filha e herdeira de Tomás Dias Raposo, proprietário do nº 14, do lado direito e mãe de outro proprietário Raimundo Rodrigues Neves, sem ofício conhecido, nascido na freguesia da Conceição, em Lisboa. Este, embora fosse detentor de diversas propriedades na freguesia, em 1776 era morador numa habitação que não era sua²⁵, pagando 16\$800 de renda a Pedro Batista Rodrigues.

Outro caso de posse e exploração de uma propriedade por parte de uma mulher, na Rua do Recolhimento, D. Joana Pereira Pinto de Menezes, natural de Eiras, Coimbra, casada com José dos Santos Palma de quem teve 2 filhos. Em 1741 temos o registo de um segundo casamento com Luís Pinto Nunes, natural de Évora e do qual não há registo de filhos. Na *Décima* de 1762 aparece como D. Joana Palma, proprietária de uma casa com loja, 1 sobreloja e casas nobres em parte arruinadas e por ela ocupadas. Em 1776 figura como ocupante do 1º andar da sua propriedade, alugando as restantes tipologias a 8 inquilinos, o que lhe rendia 84\$700.

Ainda outro exemplo, no Beco do Leão encontramos uma proprietária de uma casa com loja e andar sobreposto, Mariana de Jesus, viúva de Domingos Ferreira, falecido em 1773. Eram ambos naturais de Lisboa, ela de S. Vicente de Fora, o marido dos Anjos, casaram em 1722, e tiveram 8 filhos, sobrevivendo 5. Em 1762 são assinalados como proprietários e ocupantes da loja, arrendando o andar. Em 1776, já viúva, é a senhoria que ocupa o andar, alugando a loja por 16\$300.

²² por exemplo, na Rua do Recolhimento, 6 dos fogos eram liderados por mulheres, 4 viúvas e 2 com a designação de Dona. Na Rua de Santa Cruz, 9 mulheres titulares de arrendamento, 6 das quais viúvas, não sendo mencionado qualquer tipo de ocupação profissional e 5 mulheres proprietárias.

²³ 7 destas mulheres eram proprietárias de barracas, 3 delas eram viúvas.

²⁴ Destas 18, só 4 não eram viúvas, 2 das quais precedidas da designação Dona.

²⁵ Na Rua do Espírito Santo, nº 3, 2º andar, lado direito.

Quadro VI – Valor Patrimonial

Rua	Mais de 80\$000	Entre 50\$000/79\$999	Entre 20\$000/49\$999	Entre 10\$000 /19\$999	Entre 5\$000/9\$999	Menos de 4\$999	Total ²⁶
Rua de Santa Cruz do Castelo	2	4	11	8	8	19	52
Rua da Crasta	0	0	3	8	8	9	28
Castelejo	-	-	-	-	-	1	1
Pátio da Torre do Tombo	-	1	-	-	-	-	1
Rua das Flores	1	1	5	5	0	1	13
Rua do Espírito Santo	0	2	7	2	0	0	11
Rua do Recolhimento	2	0	9	1	0	0	12
Beco do Leão	-	-	2	1	-	-	3
Beco do Forno	-	-	4	1	-	-	5
Travessa do Hospital	1	-	-	-	-	-	1
Largo de Santa Bárbara	-	-	1	-	1	1	3
TOTAL	6	8	42	26	17	31	130

Fonte: *Décima de Lisboa, Bairro do Castelo, 1776*

Quanto aos prédios de maior rendimento, encontramos-os dispersos pela freguesia. Na Rua de Santa Cruz, por exemplo, o prédio com o nº 15 do lado direito, propriedade do Desembargador José Pereira de Sousa, rendia-lhe anualmente 97\$800. Outros particulares da mesma rua, no lado esquerdo, arrecadavam valores elevados para o local, o nº 3, um edifício de 4 lojas e 3 primeiros andares, habitado também pelo dono, o Doutor Pedro Miguel da Silva, rendia-lhe 108\$000. O nº 14²⁷ é um exemplo de prédio de grande rendimento mas que se remetermos para o seu valor na *Décima* de 1762, verificamos que esta propriedade de Tomás Dias Raposo, que vivia de suas fazendas e habitava o imóvel do qual constavam 3 lojas, 2 andares e Casas Nobres tinha então um rendimento de 192\$000 e acomodava nas suas divisões um tipo de habitante integrado numa condição social privilegiada. Já em 1776 o ocupante tipo deste prédio é o fabricante de caramelo, o aguadeiro ou o marinheiro e o rendimento era cerca de 1/3 do valor que lhe rendia 14 anos antes (66\$000). Este é um exemplo que só por si personifica a estagnação social e económica a que a freguesia foi ficando votada.

O edifício da Travessa do Hospital, o único da freguesia com 4 andares,²⁸ rendia ao seu proprietário em 1776 Manuel Coelho de Sousa, 153\$400. Em 1762, rendia ao

²⁶ O total de edifícios pode não corresponder ao total de edifícios da rua uma vez que havia propriedades a que não era atribuído esse valor quer fosse pelo estado de ruína, devoluto ou alojamento gratuito, como por exemplo, a barraca 29 do lado direito da Rua de Santa Cruz do Castelo, propriedade de Joana Teresa e que era “ocupada por uma escrava preta da senhoria a quem esta dá habitação gratuita”.

²⁷ Em 1762 este mesmo edifício tinha o nº 11. A diferença de numeração está directamente relacionada com os acrescentos que os arruamentos foram tendo ao longo do tempo.

²⁸ Edifício com 4 lojas e 4 pisos de 2 pavimentos, e era profusamente habitado por 11 agregados.

mesmo Manuel Coelho de Sousa 177\$600, andando as rendas na ordem dos 12\$000 para a loja mais barata e o andar mais caro 21\$600, verificando-se uma diminuição, embora ligeira, das rendas praticadas por este senhorio.

Apresentamos de seguida alguns exemplos de famílias estáveis na freguesia, associando-se-lhe a condição de proprietário: na Rua do Recolhimento, o proprietário e morador já referenciado na *Décima* de 1762 Manuel Correia de Campos, alferes, que era natural de Viseu, casou em 1741 com Catarina Josefa de Barros, de 41 anos, que era natural do Castelo, não resultando filhos deste casamento. Catarina Josefa era filha de uma numerosa família cujos pais não se soube a origem.

Outro caso é o de António Inácio Nunes, natural dos Mártires, Lisboa e que vivia de suas fazendas. Casou com Dona Mariana Bernardes de Carvalho, de 42 anos, no dia 21 de Julho de 1762. Casal que à semelhança do anterior, não teve filhos. Os pais dela casaram em 1714 e eram naturais de Paião, Figueira da Foz e de Oeiras. Em 1762 mencionava-se a propriedade como pertencente aos herdeiros do capitão João Bernardes de Carvalho (falecido a 20-02-1762), pai de Dona Mariana Bernardes de Carvalho, vivendo estes no 2º andar da propriedade avaliado em 30\$000.

Outro proprietário, na Rua do Espírito Santo, do imóvel com o nº 4 e que ocupava na totalidade (loja e 2 andares), João Batista dos Santos, natural de Viana do Castelo, homem que vivia de fazendas, e tinha loja de bacalhau na Ribeira. A sua entrada nos registos paroquiais é conhecida pelo baptizado de 1 filha em 1772, embora na *Décima* de 1762 já figure como proprietário do imóvel. Casou com Maria da Conceição, natural de Carnide, em Lisboa, celebração feita pela Misericórdia e o assento de casamento feito na paróquia dos Anjos.

Finalmente, no Beco do Forno, o proprietário do imóvel com o nº1, composto de 2 lojas e andar, era Domingos Teixeira Lemos, natural de Felgueiras, Porto que vivia de suas fazendas, tendo-se conhecimento da sua entrada na freguesia em 1728 pelo nascimento de um filho do seu primeiro casamento que ocorreu em Santa Justa, Lisboa, com Mariana da Conceição, natural da freguesia do Sacramento, da mesma cidade e falecida a 05-02-1739. Dessa primeira união resultaram 5 filhos, falecendo-lhe dois. Casou segunda vez em 1759, com Teresa de Jesus dos Prazeres, natural de Sacavém, e não tiveram filhos. Faleceu na sua casa em 1777.

O valor das rendas era variável dentro das mesmas tipologias, estando certamente associado à área e ao estado de conservação dos prédios onde estavam

estabelecidos, mas mesmo contemplando esta variação constatamos que os custos do aluguer de andares era ligeiramente superior.

Tomando alguns exemplos, na Rua de Santa Cruz do Castelo, o valor das rendas situava-se entre os 1\$200 e os 4\$000 para as barracas, as lojas, as mais baratas rondariam os 6\$000, podendo chegar as mais caras aos 12\$000. Quanto aos andares, o mais barato custava 6\$000 e o mais caro 52\$800 e era ocupado pelo Prior António Maurício do Couto,²⁹ pároco da freguesia que vivia acompanhado de duas criadas. Na Rua da Crasta, a loja mais barata custava 2\$000, o que era um preço baixo para a tipologia, e o andar mais caro elevava-se aos 43\$200 referente ao andar ocupado por Bernardo José Joaquim António de Moraes, homem sem ofício. Curiosamente nesta rua o aluguer das barracas é elevado para a média da freguesia, chegando a atingir o valor de 9\$000, propriedade do guarda da galé Bento Rodrigues³⁰. Na Rua das Flores, uma renda elevada de 46\$000 para um 2º andar no nº3 do lado esquerdo, alugado a Manuel dos Santos, que era Fiel de Obras do Arsenal e tinha um criado, José Lopes. Na Rua do Recolhimento, pela totalidade do edifício com o nº 1, (loja e andar), o capitão Luís Gonçalves pagava 24\$000. O nº 6 desta rua tinha 4 lojas e um primeiro andar devolutos, facto que talvez se relacionasse com as rendas elevadas pedidas pelo senhorio, uma vez que os custos de arrendamento das lojas neste edifício se situava nos 13\$000.

Embora cada rua, cada beco não seja uma amostra de todas as condições sociais,³¹ neste espaço se entrecruzavam e integravam vivências díspares, tomemos para o exemplificar alguns casos: na barraca 23 da Rua de Santa Cruz vivia em 1776, mediante o pagamento de uma pensão de 1\$200 ao conde de Santiago, a sua proprietária Maria Teresa, viúva de João de Oliveira, falecido 2 anos antes. Mãe de 8 filhos, falecera-lhe 1 nesse ano. Ela natural de Pombal e o marido de Santarém, casaram no Castelo em 15 de Fevereiro de 1757 e aqui se desenrolou a sua existência. Por outro lado e embora não constitua uma situação muito frequente neste cenário, posicionado numa condição social mais elevada, vivia no Beco do Leão num edifício de pátio, lojas e 1º andar que alugava por 24\$000, o Cavaleiro da Ordem de Cristo André Manuel Barradas da Silveira, que tinha 2 criados de servir e que vivia de suas fazendas. Era casado com dona Maria Joana Pereira de Castro e Sequeiros, ambos naturais de Lisboa. A primeira notícia da sua presença na freguesia é de 1752, aquando do nascimento da

²⁹ Rua de Santa Cruz do Castelo, do lado

³⁰ Rua da Crasta, nº 16

³¹ COLÉN, José Augusto e VIEIRA, João Manuel, "Conheço-o por ser meu vizinho" Relações de vizinhança numa freguesia de Lisboa entre 1750 e 1835 in actas de Arqueologia do Estado, 1988

sua filha. Em 1762 era distinguido com o cargo de Oficial Maior da Vedoria da Corte e ocupava as casas nobres do prédio com o nº 11 da Rua de Santa Cruz (direito), mediante o pagamento de 96\$000.

O tipo de agregado mais frequente era o do tipo familiar simples, com ou sem filhos. Os casais sem filhos ocorrem com muita frequência, não sendo a isso alheio a constituição de família em data muito próxima ao ano em estudo, isto é, uma família em procriação e por outro lado, alguma frequência de recasamentos. À parte os fogos que não eram núcleos de tipo familiar menção ainda para algumas ocorrências de agregados de tipo isolado e agregados não conjugais, embora pouco significativo em termos de estrutura familiar tipo desta freguesia.³²

O estabelecimento de proximidade espacial por parte de casais aparentados era também uma realidade, encontramos casos de residência de familiares em 1º grau, como duas irmãs, naturais do Castelo, filhas de pais exógenos à freguesia (naturais de Coimbra e Porto) mas aí consorciados. Dessa união resultaram 4 filhos, sobrevivendo 2. A primeira filha, Ana Maria do Vale, casou a 09-09-1756, na improvisada igreja do Castelo com Manuel José de Sousa, natural de Belver, Carrazeda de Ansiães, distrito de Bragança, não se lhe conhecendo ofício. Em 1776 era proprietário do prédio nº 7 da Travessa da Crasta, pagando de foro ao senado 1\$800, no qual se incluía a propriedade com o nº8, pertença de seu cunhado, João Venceslau. Era um prédio constituído por lojas e andar avaliados em 9\$600, totalmente ocupado pelo proprietário e a sua família de 12 filhos (dos quais morreram 5).

A segunda filha, Teresa de Jesus de Oliveira, casou em 18-11-1770, aos 38 anos e em segundas núpcias com João Venceslau, bordador, natural de Lisboa, da freguesia de S. Nicolau. Do seu primeiro matrimónio com Margarida Antónia Teresa não há registo de filhos. O 2º casal habitava o andar de que era proprietário, alugando a loja. Deste casamento resultou um filho nascido em 1773.

Eram ambas filhas do terceiro casamento de Mariana Moreira com Manuel de Oliveira (falecido em 1748) e que em 1762, 3 anos antes de falecer é indicada na *Décima* desse ano como a proprietária do prédio com o nº 3 da Rua da Crasta³³ e que transitou para a posse do marido da filha mais nova.

³² AMORIM, Maria Norberta- Sto Amaro, As famílias de Sto Amaro nos finais do séc. XIX, vol. I.

³³ Que em 1776, correspondia ao nº 7.

6. Origem dos Habitantes

Quadro VII – Locais de Origem Mais Frequentes

Origem	Homens	Mulheres
Castelo	9	29
Lisboa – Cidade	23	36
Santarém	14	10
Viseu	16	1
Leiria	16	14

Fonte: Registos de Casamentos, Batizados e Óbitos (1730-1780)

A partir dos elementos identificados na base de dados paroquial concluímos, com as devidas reservas, que era uma população com origem muito diversa e que, à parte a cidade de Lisboa, eram os distritos de Leiria, Santarém e Viseu, os locais de origem, por excelência, dos fluxos migratórios para a freguesia do Castelo.

Quanto aos naturais da freguesia, eram as mulheres que estavam em maior número, com grande incidência de ascendentes não naturais que aqui cimentaram o seu percurso de vida, provenientes dos mesmos locais: distritos de Santarém, Leiria e cidade de Lisboa.

Das ruas populosas de gentes de múltiplas origens era excepção a Rua das Flores, em que a maioria dos seus habitantes era oriunda de Lisboa. De um universo de 13 indivíduos identificados na base, 11 eram da cidade de Lisboa, 3 dos quais nascidos no Castelo, filhos de pais oriundos do exterior. Um exemplo de casal em que ambos eram naturais do Castelo: José Romão, sapateiro, os pais casados em 1722, naturais de Lisboa, dos Anjos e de S. Vicente de Fora. Era casado com Antónia Maurícia, cujos progenitores vieram do distrito de Viana do Castelo (Monção e Arcos de Valdevez), casaram na freguesia da Sé, em Lisboa e o primeiro dos dois filhos nasceu na paróquia do Castelo em 1726.

Outro exemplo, na Travessa do Hospital as mulheres eram todas naturais de Lisboa, duas do Castelo, uma com os pais de fora e outra que o pai e os avós maternos eram da zona de Leiria, sendo a mãe já nascida no Castelo. Verificamos que o pai desta última é da mesma aldeia que o seu marido (Benedita, Alcobaça, Leiria), partilhando estes um dos apelidos. O marido chamava-se Marcos da Silva Ribeiro e o pai António Ribeiro da Silva, podendo-se detectar aqui um possível parentesco e o facto de os fluxos migratórios das zonas rurais para a cidade terem no seu cerne também uma componente de ordem familiar, no sentido da motivação e acolhimento nas zonas urbanas.

Temos conhecimento da entrada dos indivíduos não naturais na freguesia maioritariamente pela via do casamento 45% (59) e por registo de nascimento de filhos 29,7% (39), de casais que em grande parte se uniram noutras freguesias da cidade de Lisboa.

7. Composição Sócio-Profissional da Freguesia do Castelo

Quadro VIII - Caracterização Profissional da Freguesia de Sta Cruz do Castelo³⁴ - 1776

Grupos Industriais	Ofício	Nº
Trabalho de Couro	Sapateiros - 19	19
	Correiros - 1	1
	Polieiros - 1	1
	Remendão - 2	2
Trabalho de Madeira	Carpinteiros, incluindo machado - 18	18
	Serradores - 2	2
Construção Civil	Pedreiros - 6	6
	Canteiros - 14	14
Vestuário	Algibebe - 1	1
Trabalho de Metais Comuns	Ferreiros - 4	4
	Espingardeiros - 4	4
	Esfregador Fundição - 1	1
Barbeiros e Cabeleireiros	Barbeiros - 1	1
Tecelagem	Cordoeiros - 1	1
	Bordadores - 1	1
Panificação	Forneiros - 1	1
Construção Naval	Aparelhadores do Arsenal	1
	Apontadores do Arsenal	1
	Fiel de Obras do Arsenal	1
Doçaria	Fabricante de Caramelo	1
TOTAL		81

Fonte: *Décima de Lisboa, Bairro do Castelo, 1776*

Quadro IX - Outros Grupos Profissionais 776

Outras Actividades	Ofício	Nº
Comércio	Aguadeiros	12
	Tendeiros	9
Segurança	Guarda de Navios	1
	Guarda da Ribeira Naus	2
	Guarda da Galé	5
Religiosos	Padre	8
	Beneficiados	2
	Andador da Irmandade	1
Marítimos	Marinheiro, Remeiro de escaler da Alfândega	2
Militares	Soldados, sargento, tenente mar e guerra, capitão, alferes, cabo, furriel,	24
Judicial	Procurador de Causas	2
Medicina	Cirurgião, 1 do regimento do Castelo	2
Artístico	Escultor	1
Criados		7
Vive de Fazendas		6
Sem ofício		71
TOTAL		155

Fonte: *Décima de Lisboa, Bairro do Castelo, 1776*

³⁴ MACEDO, Jorge Borges – *Problemas de História da Indústria Portuguesa no Século XVIII*, Quercó, Lisboa, 1963.

O cenário profissional do Castelo era dominado pelos artífices, com ausência de mestres e com um único aprendiz o que revela pelo menos alguma estagnação na aprendizagem profissional. Se confrontarmos com o cenário profissional que nos dá a *Décima* de 1662, encontramos menção a pelo menos 3 mestres do ofício que em 1776 tinha mais efectivos no Castelo, os sapateiros, cuja presença atesta “[...] quanto à importância urbana de andar calçado, e à difusão de sapatos, botas e botins, por oposição à rusticidade do pé descalço”³⁵.

Dispersos pela freguesia, a sua presença era notória no Pátio da Torre do Tombo, podendo mesmo classificá-la como a única artéria com uma especialização profissional uma vez que estavam aqui sediados cinco sapateiros, consorciados em dois grupos, num total de oito habitantes, dois dos quais sem ofício.

Embora sem aparentes motivações de ordem profissional, também na Travessa da Crasta³⁶ concentravam-se todos os Guardas de Galé (5) existentes na freguesia, em cinco barracas distintas, três delas propriedade de um colega de profissão, Bento Rodrigues, ocupante do nº 17, e que veio a falecer a 25 de Agosto desse ano na Praça de Armas. Era natural de Torre de Vale de Todos, Ansião, distrito de Leiria e casou no Castelo em 26-10-1765 com Maria da Encarnação Lopes Carreira (o seu terceiro casamento) Esta era natural de S. Pedro, do mesmo distrito de Leiria e não se lhe conhecem filhos.

A mão-de-obra qualificada dispersava-se por todas as ruas da freguesia e embora saibamos que neste período o local de habitação correspondia frequentemente ao local de trabalho, as fontes em apreço, salvo raras excepções, normalmente associadas a estabelecimentos de bebidas ou venda de artigos diversos, não nos esclarecem nesse sentido.

Das cerca de 60 ocupações diferenciadas aqui presentes, o número de militares afectos aos quartelamentos do Castelo era também expressivo, fixando-se neste espaço 24 militares de diversas patentes, 66,6% dos quais com permanência duradoura, com casa própria, alugada ou cedida, como aconteceu numa propriedade da Fazenda Real, avaliada em 9\$000, onde assistia o sargento do regimento de Albuquerque, José da Costa Xavier.

³⁵ Idem, *ibidem*, pp. 73

³⁶ No lado esquerdo da Travessa da Crasta, nas barracas com os nºs 15, 16, 17, 18 e 19.

Como proprietário e ocupante temos o alferes Manuel Correia num andar avaliado em 12\$000.³⁷ Já os soldados que eram proprietários recorriam a um tipo de propriedade mais acessível, como foi o caso de António Vieira, soldado de Lipe, dono de uma barraca³⁸ avaliada em 2\$200. Pelos registos paroquiais sabemos que era natural da Golegã, Santarém, casado pela Misericórdia com Maria Teresa, que era natural de S. Pedro, Faro. Desta união terão nascido 3 filhos, o primeiro dos quais registado em 1742.

Outro exemplo, Pedro Manuel, soldado, natural de Setúbal e que antes de casar era morador na freguesia dos Anjos. Casou no Castelo em 1759 com Florência Antonia Teresa das Neves, que era natural de Évora e tiveram 4 filhos. Viviam numa loja³⁹, pela qual pagavam 6\$000. O acesso à propriedade processava-se neste grupo, recorrendo a rendas acessíveis quando alugavam e quando proprietários eram-no de imóveis modestamente cotados.

Quadro X – Imposto de Maneio

Imposto	Nº Indivíduos
\$200	61
\$300	1
\$400	85
\$600	1
\$800	1
TOTAL	149

Fonte: *Décima de Maneios de 1776*

Os valores do imposto de maneio eram tabelados consoante as ocupações profissionais, correspondendo aos \$200 alguns tendeiros, trabalhadores, guardas da galé, da ribeira das naus, marinheiros, aguadeiros entre outros. Na quota fixa de \$400 situavam-se todos os ofícios mecânicos. Profissões liberais como os procuradores de causas podiam ir dos \$480 aos \$600, o mesmo imposto pago pelo cirurgião. Já o imposto pago pelos criados não tinha um valor fixo, variando consoante o salário anual, incluindo-se neste grupo duas das três únicas mulheres sujeitas ao pagamento de imposto profissional.

Mais uma vez é a Rua de Santa Cruz modelar pela panóplia de profissões aí implantadas. O comércio local estava bem representado, com a presença de oito dos nove tendeiros arrolados, cinco dos quais presentes nos registos paroquiais. A presença de aguadeiros é também expressiva, instalando-se nesta via, certamente tendo em conta o fácil acesso, a meio caminho entre as fontes de abastecimento e o interior do “burgo”

³⁷ No nº 1 da Rua do Recolhimento.

³⁸ No nº38 da Rua de Sta Cruz do Castelo.

³⁹ No nº 5 da mesma rua.

que forneciam. Partilhavam em dois grupos distintos a mesma habitação⁴⁰ e revelou-se um grupo de difícil identificação, que salvo uma excepção, não se encontrou associação na base de dados paroquial, demonstrando uma grande mobilidade residencial, facto evidente aquando da cobrança (ou falta dela) do imposto de maneiro.

A Rua das Flores era uma das vias onde se fixavam elementos de mais elevada condição social, marcando aqui presença três criados, só por si já sinal de certa elevação social, um padre, dois senhorios a viver de suas fazendas, o cirurgião do regimento da Torre, e o procurador de causas, Guilherme José de Sousa. Era também aqui que se localizava um dos prédios mais caros da freguesia⁴¹ propriedade do Doutor João da Silva, que só do 2º andar alugado a Manuel dos Santos, fiel das obras do arsenal recebia 46\$000. É também a única rua que tinha uma tendeira, mulher viúva e, curiosamente, somente três dos vinte e dois moradores são designados como sem ofício.

No Beco do Forno, onde a toponímia se associa efectivamente a uma função profissional, localizava-se um forno no nº 3, propriedade de Francisco José da Silva, referido como forneiro em 1762⁴². No entanto, passados 14 anos a sua condição era já só a de proprietário. Nascido no Castelo em 25-09-1732, o pai era de Felgueiras, do Porto, mas a mãe já aqui nascera, sendo os avós maternos naturais de Santarém e de Leiria. Casou ele em 1762, com Ana Joaquina Rosa de Araújo, natural de Lisboa, da freguesia da Madalena e tiveram três filhos. A última referência que lhe é feita na base paroquial foi por ocasião do nascimento do terceiro filho, a 30 de Setembro de 1768.

Havia um grupo sobre o qual não recaíam impostos mas que era de suma importância para a caracterização social e mesmo profissional da freguesia. 131 indivíduos, entre padres, militares, e os negociantes matriculados na Junta do Comércio⁴³ estavam isentos do imposto de maneiro. Por outro lado, também os homens sem ofício, que representavam 42%⁴⁴ da população activa e em regra, as mulheres, cujo trabalho é quase omissa, não cabendo em formas de trabalho consideradas regulares e institucionalizadas não estavam também sujeitos ao pagamento deste imposto.⁴⁵ Estes números suscitam a dúvida se seriam realmente improditivos, ou se o seu desempenho

⁴⁰ No nº 14 do lado direito da Rua de Santa Cruz do Castelo, não obstante haver lojas mais baratas dentro da oferta da freguesia, o que não é de estranhar tendo em conta que é um dos grupos de menor rendimento.

⁴¹ Nº 3 da Travessa das Flores, lado esquerdo.

⁴² na 1ª loja de um prédio de 2 lojas e 1 andar, por ele ocupado sendo referido como forneiro na décima de 1662. Tinha então 2 criados de servir no forno, António e João Gonçalves.

⁴³ Os homens de negócios da Praça de Lisboa, por alvará de 30-10-1762 pagavam em conjunto 24 contos de réis a serem colectados através da Junta de Comércio e não na Superintendência da Décima.

⁴⁴ 71 homens sem ofício num conjunto de 162 indivíduos obrigados a pagar imposto.

⁴⁵ MADUREIRA, Nuno Luis – *Cidade: Espaço e Quotidiano*, Lisboa, 1740-1830, Livros Horizonte, 1992, Lisboa

apenas se não enquadrava nas designações estabelecidas pelos arroladores. Segundo Nuno Madureira, no contexto da Décima, sem ofício classifica principalmente os indivíduos cujas modalidades de trabalho são (ou foram) não permanentes.⁴⁶

Finalmente, uma breve referência ao sector mais privilegiado desta sociedade. As camadas sociais mais elevadas que podemos aqui encontrar contemplavam indivíduos como os procuradores de causas, os beneficiados e sacerdotes, entre outros com maior capacidade económica como um negociante e cinco homens que viviam de suas fazendas que, à excepção de um, eram todos senhorios directos dos prédios que habitavam, e que na totalidade não chegavam a constituir 17% dos indivíduos recenseados na freguesia do Castelo em 1776.

8. Considerações Finais

A primeira conclusão que surge da realização deste estudo é que a análise sistemática, estruturada e complementar das fontes inicialmente referidas (a Décima da Cidade e os Registos Paroquiais) permite uma resposta, pelo menos em traços gerais, à questão que estabelecemos como premissa para esta comunicação.

Posto isto, julgamos ter captado de algum modo a realidade social desta freguesia que, encerrada entre muralhas, não encontrava na permanência dos que aqui viveram uma característica marcante. Aqui se albergava (pelo menos em parte) uma população transitória, oriunda em grande parte de zonas rurais daqui se redistribuindo para outras zonas da cidade ou integrando o rol dos que emigravam. Verificamos também que eram dos distritos de Santarém, Viseu e Leiria os que em maior número se fixavam no Castelo.

Dispondo de uma oferta de alojamento a preços acessíveis, que faziam jus a edifícios em declínio, funcionalmente requalificados ou ainda em recuperação da catástrofe de 1755, registava uma densidade populacional elevada, com parte considerável a integrar os ofícios mecânicos, bem como soldados e os homens sem ofício que também por aqui abundavam. Já as camadas sociais mais elevadas escasseavam, registando-se somente alguns que viviam de suas fazendas e outros tantos comerciantes, a maioria dos quais ocupando as suas propriedades e frequentemente alugando os pisos e anexos que tinham disponíveis, contribuindo deste modo para os seus rendimentos e para a manutenção da sua posição social. Quanto à aristocracia, ela

⁴⁶ Idem, *Ibidem*, pp. 73

estava fisicamente arredada deste espaço, e a sua presença apenas se fazia notar pela posse de bens de raíz.

Embora só um estudo exploratório mais alargado que contemple quer outras fontes, quer as que utilizámos nesta abordagem mas para um ciclo mais dilatado, possa confirmar integralmente as conclusões a que chegámos; parece-nos que o retrato que aqui traçamos exclusivamente para o ano de 1776 é esclarecedor da realidade da freguesia e não só vai ao encontro dos dados e factos históricos conhecidos, como os enriquece. Pelo que será também de realçar, como apontamento final, o grande potencial em termos de resultados que esta metodologia pode proporcionar num âmbito mais alargado e aprofundado.

BIBLIOGRAFIA

FONTES MANUSCRITAS

Décima da cidade de Lisboa e seu Termo, Bairro do Castelo (1762 e 1776).

Registos Paroquiais da Paróquia de Santa Cruz do Castelo (1536 a 1780).

BIBLIOGRAFIA GERAL

AAVV, ISCTE – *Casar na Lisboa do séc. XIX – duas freguesias em análise*, VII congresso da Adeg, Lisboa, [s.d.].

ABREU, Alberto Antunes, *Movimentos e Estrutura da População da Areosa em Meados do Século XVI*, in actas das I Jornadas de História Moderna, 1986.

ALMEIDA, Maria Antónia Pires – *Fontes e Metodologia para o estudo das elites locais em Portugal*, CIES e_ Working Paper 7/2005.

AMORIM, Maria Norberta – *Reprodução Biológica e Reprodução Social*, NEPS, Universidade do Minho, [s.d.].

AMORIM, Maria Norberta- *Sto Amaro, As famílias de Sto Amaro nos finais do séc. XIX*, vol. I, 1ª Edição, Açores, Câmara Municipal de São Roque do Pico, 2005.

AMORIM, Maria Norberta e CORREIA, Alberto – *Francisca Catarina (1846-1940) Vida e Raízes em S. João do Pico*, NEPS, Universidade do Minho, 1999.

ANDRADE, Ferreira – *Palácios Reais de Lisboa*, Lisboa, 1949.

ARAÚJO, Norberto - *Peregrinações em Lisboa*, III, Lisboa, Parceria António Pereira, 1938.

BANDEIRA, Mário Leston - *Demografia e Modernidade*, Lisboa, INCM, 1996.

COLEN, José Augusto e VIEIRA, João Manuel -*Conheço-o por ser meu vizinho Relações de vizinhança numa freguesia de Lisboa entre 1750 e 1835* in actas de Arqueologia do Estado, 1988.

CORDEIRO, Graça Índias – *A Construção Social de Um Bairro de Lisboa: a vocação marítima da Bica através dos seus registos de batismo e nascimento, 1886-1970*, *Ler História*, nº 26, Lisboa, 1994.

CUNHA, Cecília Conde e - *A Cidade Medieval e a Estrutura Urbana da Freguesia do Castelo*, *in*, *História e Crítica*, nº 7, Março de 1981.

FAUSTINO, José Alfredo Paulo – *Calvão, uma paróquia rural do Alto Tâmega (1670-1870)*, Chaves, NEPS,UM, 1998.

FERRO, João Pedro – *A População Portuguesa no Final do Antigo Regime (1750-1815)*, Editorial Presença, Lisboa, 1995.

FRANÇA, José Augusto França – *A Reconstrução de Lisboa e a Arquitectura Pombalina*, biblioteca breve, Ministério da Educação, 1989.

LEMOS, Fernando Afonso Andrade e LEMOS, Rita Maria Rebelo Andrade – *“Os Olivais em 1763, leitura do livro de Décimas da Cidade*, CML, 1997.

MACEDO, Jorge Borges – *Problemas de História da Indústria Portuguesa no Século XVIII*, Querco, Lisboa, 1963.

MADUREIRA, Nuno Luis – *Cidade: Espaço e Quotidiano*, Lisboa, 1740-1830, Livros Horizonte, Lisboa, 1992.

MADUREIRA, Nuno Luis – *Lisboa, Luxo e Distinção*, Editorial Fragmentos, Lisboa, 1990.

MOREIRA, Alzira Teixeira Leite – *A Importância da “Décima da Cidade de Lisboa e seu Termo” para a Orlisipografia*”, sep. Da revista da Biblioteca Nacional, nº 1, 1982.

PRESTAGE, Edgar; D’AZEVEDO, Pedro - *Registo da Freguesia de Santa Cruz do Castelo*, Coimbra, Imprensa Universidade, 1913.

SCOTT, Ana Silvia Volpi – *familias, Formas de União e Reprodução Socia no Noroeste Português (Séculos XVIII e XIX)*, NEPS, UM, 1999.

PEREIRA, Miriam Halpern e LEAL, Maria José da Silva – *Arquivo e Historiografia*, Temas Portugueses, INCM, 1985.

RODRIGUES, Teresa – *Os Movimentos Migratórios em Lisboa. Estimativa e efeitos na estrutura populacional urbana de Oitocentos*. LER História, nº 26, 1994.

RODRIGUES, Teresa - *A estrutura familiar urbana nos inícios do séc. XIX: a freguesia de Santiago*, Ler História, nº 38, Lisboa, 2000.

SANTANA, Francisco – *Lisboa – 1800 a freguesia do Socorro*, Revista Municipal, s.2, nº 2, Lisboa, 1988.

SANTANA, Francisco – *Documentos do Cartório da Junta do Comércio respeitantes a Lisboa, 1755-1804*, tomo I, CML, Lisboa 1976.

SILVA, José Álvaro Ferreira da – *Estruturas Agrárias e relações sociais in* Arquivo e Historiografia, Temas Portugueses, INCM, 1985.